



PSD p.6

PSD oferece ajuda ao PS para elaborar programa eleitoral



PSD p.8

PSD vence eleições na Madeira

# POVO LIVRE



nº 1869

1 de Abril de 2015

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## PORTUGAL E JAPÃO, 470 ANOS DE COOPERAÇÃO



O Primeiro-Ministro de Portugal conversa com o Imperador do Japão Akihito, durante uma deslocação oficial

Visita oficial do Primeiro-Ministro

# Portugal e Japão, 470 anos de cooperação



Numa declaração conjunta, o Primeiro-Ministro português e o chefe de Governo japonês, Shinzo Abe, manifestaram “uma posição muito convergente quanto à necessidade de intensificar, com base no direito marítimo internacional, a luta contra a pirataria”. Shinzo Abe, por seu turno, começou por identificar este aspecto de cooperação entre os dois países, ambos com “uma história comum como nações com vocação marítima, abençoados com um oceano”. “Nesse sentido, é muito significativo concordarmos hoje em fomentar a cooperação na área da segurança marítima, através de uma parceria no combate à pirataria, assim como a participação das autoridades japonesas, com o estatuto de observador, num exercício conjunto”, declarou Shinzo Abe. Este foi um dos momentos principais da visita de Pedro Passos Coelho ao Japão, que se iniciou na quinta-feira, e terminou no sábado, dia 28, com um encontro do Primeiro-Ministro com a comunidade portuguesa a residir neste país.

O primeiro-ministro português manifestou “muita satisfação” pela participação do Governo japonês na “semana azul” dedicada à economia dos oceanos, que o Governo português organizará no próximo mês de Junho. “Procuraremos atrair para essa semana azul não apenas governos mas também organizações não-governamentais, empresas, investigadores, que nos possam ajudar a criar uma economia mais sustentada, quer para os oceanos, quer para as nossas populações”, afirmou Passos Coelho. “Há muitas empresas japonesas que têm um conhecimento muito avançado sobre o mar,

que não deixaremos de cruzar com o conhecimento que vai sendo adquirido ao nível de estruturas portuguesas que nos permitirão fazer uma gestão mais ambiciosa não apenas dos recursos marítimos mas de toda a economia do mar”, sustentou.

Passos Coelho aludiu também às “oportunidades que podem ser exploradas no âmbito das tecnologias da informação e do conhecimento, e de tudo o que envolve o chamado ‘crescimento verde’, que se traduz no melhor aproveitamento das renováveis mas também na utilização da eficiência energética”.

Ainda durante o encontro com Shinzo Abe, o Primeiro-Ministro português reafirmou a “posição do Governo português favorável à conclusão tão rápida quanto possível do novo acordo comercial entre a União Europeia e o Japão”.

Aludindo aos mais de 470 anos de contacto entre os dois povos e aos mais de 150 anos de relações diplomáticas, Passos Coelho garantiu esperar que “os próximos 500 anos possam reservar a nações tão antigas como Portugal e o Japão um mar de oportunidades para explorar e devolver com base na confiança mútua e numa perspectiva de maior prosperidade e maior crescimento no futuro”.

Também Shinzo Abe apontou para o futuro e para as comemorações dos 500 anos do relacionamento entre os dois países. “Gostaria de estreitar as relações bilaterais, em todos as áreas - política, económica, cultural, do contacto entre os povos -, com base no resultado da visita

do primeiro-ministro e visando os 500 anos da amizade luso nipónica a ser comemorados em 2034”, sublinhou.

No primeiro dia da deslocação, o Primeiro-Ministro português afirmou querer retomar as potencialidades económicas da relação de Portugal com o Japão, defendendo que a ligação daquele país à CPLP facilita um “olhar conjunto” de investidores de ambos os países para mercados emergentes. “Fomos das primeiras economias da Europa a registar algumas parcerias com empresas japonesas, mas também é verdade que nas últimas dezenas de anos, em que estivemos mais voltados para os mercados europeus, acabámos por perder um bocadinho esse balanço. Acho que estamos em altura de o retomar”, referiu Pedro Passos Coelho aos jornalistas.

O primeiro dia da visita foi marcado pelo doutoramento “honoris causa” do Primeiro-Ministro, e incluiu uma visita ao palácio imperial de Quioto, e a assinatura de memorandos de cooperação. A comitiva nesse dia segue de ‘comboio-bala’ para Tóquio.

À saída da Universidade de Quioto, o Primeiro-Ministro recordou que quando há um ano, Shinzo Abe, visitou Portugal, na primeira visita de um chefe de Governo japonês, foi delineado um estreitamento de relações comerciais e económicas.

Na sua intervenção perante as autoridades de Quioto, na “Guest House” da antiga cidade imperial japonesa, Passos Coelho aludiu igualmente às “oportunidades” para empresários de ambos os países, relacionando-as com a recente atribuição ao Japão do estatuto de observador

na CPLP, a comunidade de países de língua portuguesa. “Esta ligação à CPLP veio facilitar um olhar conjunto dos investidores e exportadores portugueses e japoneses para os mercados emergentes, nos quais podem diversificar a sua acção e aumentar a sua rentabilidade”, frisou.

O chefe de Governo português disse estar certo de que “o mundo lusófono, constituído por oito países, alguns deles com as economias mais dinâmicas das suas regiões, interessará aos empresários japoneses, tanto quanto interessa e motiva os empresários portugueses”. “De igual forma, o Japão poderá funcionar como plataforma dos países lusófonos para os mercados asiáticos, aproveitando a sua inserção regional, numa das zonas com maiores índices de crescimento do mundo”, declarou, perante o governador de Quioto, o presidente da Câmara da cidade e o presidente da Câmara de Comércio e Indústria.

Uma das áreas eleitas como prioritárias no estreitamento de relações é a dos cuidados de saúde prestados à terceira idade, já que ambos os países partilham o facto de terem populações muito envelhecidas.

Na Universidade de Quioto, Passos Coelho assistiu a uma demonstração de dispositivos tecnológicos para a terceira idade, nomeadamente na área da robótica, interagindo com o robot “hospi” que fala, gere e entrega medicamentos. Um andarilho electrónico e uma cama convertível em poltrona foram outros dispositivos apresentados ao Primeiro-Ministro. “Foi muito importante verificar que há uma aposta planeada em tecnologias, como é o caso da robótica, um dos exemplos que vimos, que estão ao serviço de pessoas que necessitam de resolver problemas de mobilidade e de acesso a cuidados médicos”, disse aos jornalistas.

Para o Primeiro-Ministro, “é muito importante que estes exemplos de desenvolvimento e investigação possam inspirar uma boa cooperação, uma boa colaboração, um bom intercâmbio científico com universidades portuguesas”.

## Enviar obra de Herberto Helder aos alunos de português em Quioto

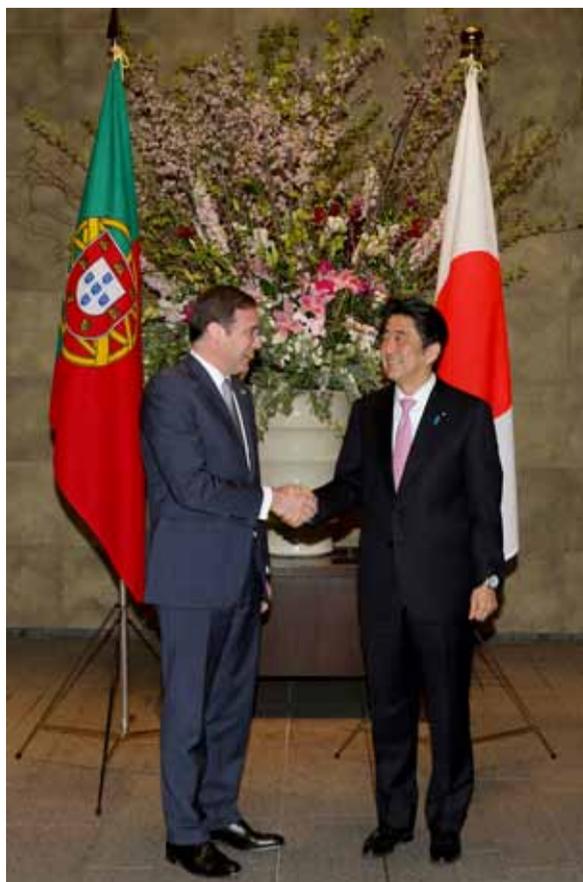
Pedro Passos Coelho prometeu enviar a obra do “grande poeta português” Herberto Helder para estudantes de português da Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto. O Primeiro-Ministro mencionou Herberto Helder em conversa com estudantes de português da Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto e, perante o desconhecimento das alunas, Passos prometeu que a obra chegará à antiga cidade imperial japonesa, onde só naquela universidade há 400 estudantes da língua lusa. “Não garanto toda porque há obras dele que esgotaram, já não estão disponíveis e talvez tenhamos que esperar novamente para que sejam reeditadas, editadas novamente, mas há alguma obra que está disponível e vou pedir que seja oferecida à Universidade de Quioto para que possam ler Herberto Helder”, disse às duas alunas com quem conversava.

Passos Coelho ouviu o poema “Canção do exílio”, do poeta brasileiro Gonçalves Dias, declamado pela aluna brasileira Sayuri Guimarães, 19 anos, que também desconhecia a obra de Herberto Helder.

A Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto ensina a língua portuguesa desde 1967, mantendo uma parceria com a Universidade de Coimbra, facto a que o primeiro-ministro aludiu no seu discurso de aceitação do doutoramento honoris causa, atribuído pelo papel de Portugal na atribuição ao Japão do estatuto de observador na CPLP, a comunidade de países de língua portuguesa.

Passos Coelho aceitou a “honra” concedida, e afirmou como sendo, “acima de tudo”, destinada a Portugal, “aos portugueses e a todos aqueles que pelo mundo fora se expressam na língua portuguesa, uma língua à qual todos reconhecem um significativo potencial”. “O Japão tomou a decisão, que reputo de estratégica, de se aliar a esta dinâmica lusófona, ao apresentar a sua candidatura ao estatuto de observador da CPLP, a qual contou com o nosso empenhado apoio”, declarou.

Segundo o Primeiro-Ministro, “a presença do Japão



constitui um factor de particular orgulho para a CPLP, que recebe o seu primeiro observador asiático e vê alargado o potencial de novas oportunidades de cooperação, nomeadamente em áreas da economia e a energia, hoje, mais do que nunca, essenciais ao desenvolvimento e progresso dos povos”.

## Previsões do Banco de Portugal mostram retoma “mais robusta”

As previsões do Banco de Portugal demonstram que a retoma económica está a ser “mais robusta”, permitindo “pensar no médio prazo com mais optimismo e mais confiança”. “São previsões que, julgo, confirmam no essencial que a retoma que estamos a observar em Portugal é uma retoma mais robusta do que há alguns meses se achava”, afirmou Passos Coelho aos jornalistas.

O Banco de Portugal (BdP) melhorou as previsões de crescimento da economia portuguesa, antecipando que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 1,7 por cento este ano e 1,9 por cento em 2016, estimativas mais optimistas do que as do Governo, que previu 1,5 por cento para 2015, na proposta de Orçamento do Estado para este ano, e 1,7 por cento para 2016, no Documento de Estratégia Orçamental (DEO).

Passos Coelho sublinhou que as previsões do banco

central apontam que “o investimento está a retomar com mais força”. “Isso é importante, porque nós não teremos um crescimento sustentável sem investimento, não é apenas por as pessoas consumirem mais e poder haver uma expansão do nosso consumo interno que o nosso PIB e que a nossa economia se podem desenvolver mais, ela [economia] só se pode desenvolver na medida em que haja mais rendimento, portanto, mais investimento e mais postos de trabalho”, frisou.

## Privatizações são “oportunidades de investimento”

O Primeiro-Ministro defendeu, perante empresários japoneses, que as privatizações oferecem “oportunidades de investimento”, nomeadamente nos transportes, enalteceu a “resiliência” e a “previsibilidade” do país, que considerou poder tornar-se “uma das nações mais competitivas do mundo”. “Creio que há excelentes razões para as empresas japonesas continuarem a investir em Portugal. O actual processo de privatizações em Portugal oferece uma série de oportunidades de investimento que as empresas japonesas poderão considerar, nomeadamente na área dos transportes”, afirmou Pedro Passos Coelho.



Falando em Tóquio perante dezenas de empresários japoneses, associados da Keidanren, uma associação empresarial nipónica, o chefe de Governo quis assegurar “que Portugal, como mostrou nos últimos anos, tem uma resiliência política e social muito grande e que esse é um factor distintivo” quando se compara “a economia portuguesa com outras economias, mesmo no espaço europeu”.

“A minha convicção é de que saberemos manter nos anos mais próximos essa grande resiliência, com uma grande previsibilidade política, económica e social”, referiu Passos Coelho, na sede da entidade que engloba 1281 empresas japonesas, 129 associações industriais e 47 organizações económicas regionais.

O governante acentuou que “tudo isto, associado aos grandes esforços de reforma económica” que o país tem concretizado, “apontará para que Portugal possa ser realmente uma das nações mais competitivas do mundo, com grande dinamismo, grande abertura à inovação e com grande potencial de crescimento económico”.

Na sua intervenção num pequeno-almoço de trabalho com os empresários japoneses, Pedro Passos Coelho recordou que “em 2014 foi já possível começar a ver os positivos resultados das reformas” levadas a cabo pelo Governo. O chefe do executivo sublinhou que essas reformas “exigiram do povo português elevados sacrifícios”, que, reiterou, “os portugueses suportaram sem pôr em causa a paz social”.

Quando falou das oportunidades de investimento, o primeiro-ministro português referiu-se também ao sector agro-alimentar e ao das pescas, nos quais já existem “importantes investimentos japoneses”, que podem ser ampliados, nomeadamente na região do Alqueva, uma “área de produção frutícola muito boa e que tem hoje condições de irrigação incomparáveis”.

A exploração de concessões portuárias, designadamente de terminais de contentores, foi outra das oportunidades de potencial interesse mencionadas. A sustentar as suas afirmações, o Primeiro-Ministro apresentou uma série de dados económicos, como o decréscimo dos juros da dívida, a amortização antecipada ao Fundo Monetário Internacional ou o aumento das exportações, assinalando os níveis de desemprego como excessivamente altos.

No pequeno-almoço estiveram presentes representantes de mais de 20 empresas, entre as quais a Mitsubishi, Toshiba, Murabeni, Sako, BNP Paribas Japan, Nomura, Toyota ou Sumitomo Life Insurance. De seguida, encontrou-se com responsáveis da congénere japonesa da agência portuguesa para o investimento AICEP, a JETRO, na sede da qual interveio na abertura do seminário sobre crescimento verde, com o tema “smart cities, smart solutions”. Nessa intervenção, Passos Coelho considerou que “a área da mobilidade eléctrica é incontornável” para os dois países, sublinhando o “forte investimento do



Governo japonês” no sector e os “importantes avanços realizados ao nível da inovação, da indústria de produção destes veículos e dos desenvolvimentos já atingidos, nomeadamente no segmento das baterias”.

Passos Coelho declarou que Portugal pode tornar-se “uma das nações mais competitivas do mundo”. “A minha convicção é de que saberemos manter nos anos mais próximos essa grande resiliência, com uma grande previsibilidade política, económica e social. (...) Tudo isto, associado aos grandes esforços de reforma económica” que o país tem concretizado, “apontará para que Portugal possa ser realmente uma das nações mais competitivas do mundo, com grande dinamismo, grande abertura à inovação e com grande potencial de crescimento económico”.

## Recepção pelo imperador Akihito, do Japão

O Primeiro-Ministro foi também recebido pelo imperador Akihito, do Japão, no Palácio Imperial de Tóquio, no segundo dos três dias de visita oficial do chefe de Governo português àquele país. O encontro decorreu na presença de um intérprete, numa sala decorada com simplicidade, de tons claros e com elementos em madeira.

O imperador Akihito saudou o Primeiro-Ministro português com uma vénia, o cumprimento tradicional japonês, e também com um aperto de mão, trocando breves palavras, após as quais se encaminharam para a zona da sala em que se sentaram. O encontro decorreu com o imperador Akihito e o primeiro-ministro português sentados junto a uma pequena mesa com flores.

Antes de Passos Coelho entrar, o imperador saudou, com uma vénia, os repórteres de imagem presentes, que foram autorizados a permanecer um minuto e meio na sala.

## Coligação alcança “facto histórico” ao cumprir mandato

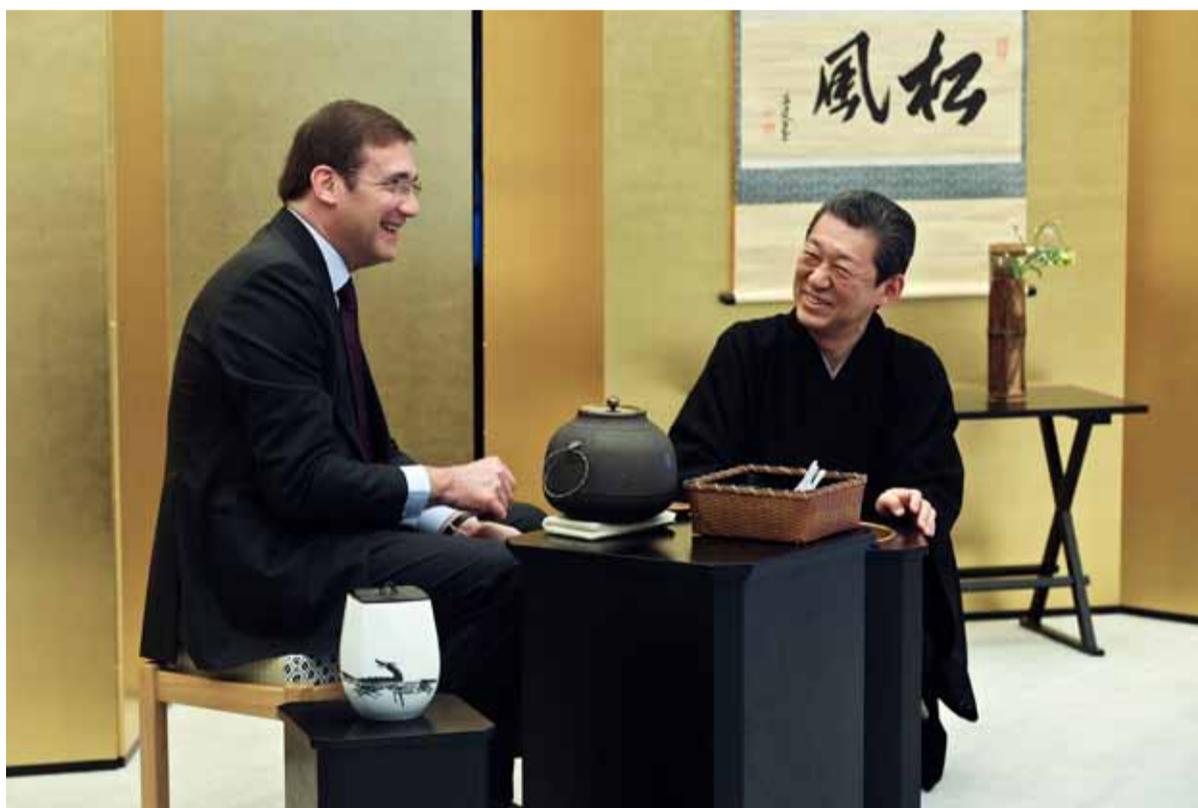
O Primeiro-Ministro enalteceu que a actual maioria esteja à beira de concretizar o “facto histórico”, por ser o primeiro executivo de coligação a terminar o mandato, ao mesmo tempo que recusou falar de negociações com os centristas. “Durante muitos anos, habituámo-nos a mudanças de Governo, que muitas vezes não eram bem compreendidas pelos portugueses, observávamos noutros países da Europa uma certa estabilidade das políticas e estabilidade dos governos também. Infelizmente, em Portugal isso nem sempre aconteceu, sobretudo quando os governos não tinham maiorias absolutas de um só partido”, declarou.

“Ora, nós estamos à beira de concretizar o facto que é histórico em Portugal: é que pela primeira vez temos um Governo de coligação que cumpre o seu mandato, que é um mandato de quatro anos. Isso só pode ter um significado muito positivo na nossa cultura política e para o futuro do país”, defendeu.

## Agências de notação esperam pelas eleições para subir “rating”

O Primeiro-Ministro comentou é “pouco provável” que as agências de “rating” melhorem a notação de Portugal até às eleições, preferindo aguardar pelo ato eleitoral para aferir do prosseguimento do “caminho” de “consolidação orçamental” e “reformas estruturais”. “Não me surpreende, diria que até às eleições que se realizarão na segunda metade do ano, acho até muito pouco provável que alguma agência de notação financeira melhore o ‘rating’ de Portugal”, afirmou Pedro Passos Coelho aos jornalistas, quando confrontado com manutenção da nota BB+ (“lixo”) à dívida portuguesa, pela agência Fitch.

“É natural que queiram aguardar pela realização das eleições para saber se este caminho que temos vindo a seguir prosseguirá ou não, em termos de consolidação orçamental, por um lado, e de realização de reformas



estruturais importantes para a nossa economia, por outro. Isso nota-se no racional que é muitas vezes apontado

nessas notas das agências de ‘rating’”, argumentou.

Passos Coelho defendeu que as agências de notação e o FMI têm preconizado que “o país prossiga o caminho de abertura económica e que, dado o nível de dívida pública que foi acumulado, que os governos mantenham esta vontade de ter menos défice público, mais excedentes primários, porque isso é essencial para melhorar o perfil de risco da dívida portuguesa”.

“Apesar de o Governo estar muito comprometido com essa agenda, ninguém pode jurar que a seguir às eleições isso se vá manter. Mas confio muito que os fundamentos da nossa economia venham a sustentar uma melhoria de ‘rating’, portanto, acho muito natural que, após as eleições, haja uma melhoria que é compatível com o caminho e os resultados que temos vindo a evidenciar”, declarou.

Passos Coelho considerou ainda que, “independentemente de quem possa vir a governar, será a exigência dos próprios portugueses que garantirá os resultados no médio e no longo prazo”.

Acompanharam o Primeiro-Ministro nesta viagem, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, o ministro da Economia, António Pires de Lima, e o secretário de Estado da Energia, Artur Trindade.

# PSD oferece ajuda ao PS para elaborar programa eleitoral

O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, convidou os militantes a enviarem propostas para o Largo do Rato, afirmando que os socialistas revelam necessidade de ajuda para apresentar um projecto de governo. “Espero que os meus amigos possam ter a oportunidade de mandar algumas ideias que é para os ajudar a fazer o programa porque senão for com o apoio, com ajuda dos portugueses e também dos militantes do PSD não será com estes dirigentes que o PS apresentará um projecto para Portugal”, afirmou.

O coordenador nacional do PSD discursava para uma audiência de militantes do partido, dia 28, na tomada de posse dos novos órgãos concelhias de Vinhais, no distrito de Bragança, em que classificou de um “artifício” o pedido de contributos do PS para a elaboração do programa eleitoral que os socialistas vão apresentar aos portugueses. “O Partido Socialista tem andado permanentemente a esconder-se em artifícios, o último dos quais é que vai fazer alguma uma consulta à opinião pública para ter ideias para o programa eleitoral”, enfatizou.

Marco António Costa destacou que “se o Partido Socialista não é capaz de apresentar um projecto sem ajuda de todos”, o PSD está “aqui para os ajudar”. Ressalvou, porém que “é indispensável que o Partido Socialista pare de atacar permanentemente todas as figuras do Estado português e que faça da política de terra queimada uma atitude constante da sua acção política”.

O vice-presidente do PSD começou por criticar “os casos e os casinhos da política” que se discutem em Lisboa, das “listas às contra listas, das taxas as taxinhas” à pequenina quezília política que ocupa muitas vezes e preenche os espaços noticiosos”.

“No dia-a-dia aquilo que nos assistimos não é um debate de fundo sobre o futuro do país. Aquilo que nós assistimos na Comunicação Social é fundamentalmente à discussão sobre o que é lateral, o que não é importante, o que não é relevante”.

Marco António Costa recordou os dados positivos como a descida do desemprego, o “arrebatar da economia”. Portugal conseguiu financiar-se nos mercados internacionais a 1,5 por cento de juros, contra as taxas de 16/17 por cento que pagou, notícias que “não saem nos jornais, nem abrem mais telejornais” como “era o massacre noticioso sobre as más notícias” do pós-2011, “fruto da situação de ajustamento que o país estava a viver”.

Naquele que “é talvez o distrito mais social-democrata do país (Bragança), como venceu Marco António Costa, o PS ganhou apenas uma vez eleições nacionais, as legislativas de 2005.

## Marco António Costa: “Os madeirenses foram claros na sua escolha de um PSD renovado”

Num comentário à eleição da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o porta-voz felicitou os madeirenses pela forma exemplar como civicamente decorreu todo o processo eleitoral e saudou o líder do PSD-Madeira e futuro Presidente do Futuro Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, pela histórica vitória alcançada.

Marco António Costa afirmou que o resultado demonstra que os madeirenses optaram pela proposta com “sentido de responsabilidade e de manutenção do rigor” contra “aventureirismos eleitorais”. “Os madeirenses foram claros na sua escolha de um PSD renovado, que ofereceu propostas realistas de um futuro de rigor com crescimento económico e coesão social assente numa governação exigente”, declarou.





Marco António Costa realçou ainda que “os madeirenses rejeitaram os partidos que, numa atitude demagógica e populista, ofereceram, nas suas propostas, uma mensagem de facilitismo e ilusão, quer pelos seus dirigentes regionais quer por dirigentes nacionais que não perderam a oportunidade de se deslocar àquela região autónoma

fazendo promessas infundáveis”.

Manifestando a sua “firme confiança de que o PSD da Madeira e o seu líder saberão conduzir os destinos da Madeira para tempos de maior prosperidade económica e social”, o porta-voz do PSD disse que o PSD regional pode contar para o efeito com “solidariedade incondicional do

PSD nacional”. “O PSD da Madeira e o seu líder, Miguel Albuquerque, saberão conduzir os destinos da Madeira para tempos de maior prosperidade económica e social, podendo contar para o efeito com a solidariedade do PSD nacional que foi sempre o partido das autonomias regionais”, sublinhou.

# PSD vence eleições na Madeira



O PSD/Madeira, liderado por Miguel Albuquerque, obteve 44,33 por cento dos votos nas eleições legislativas regionais (dados provisórios avançados pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna). O PSD elegeu 24 dos 47 deputados, menos um parlamentar do que nas últimas eleições.

No discurso da vitória, Miguel Albuquerque prometeu um “novo rumo” para a Madeira e garantiu que seguirá um “diálogo permanente” com todas as forças da região. De acordo com Miguel Albuquerque, “todos serão bem-vindos na construção” do futuro e considerou que os partidos tradicionais têm de se “revitalizar, sob pena de serem consumidos à direita e à esquerda por extremismos”. “Conosco, a Madeira terá um novo rumo e sairá da presente encruzilhada de forma positiva”, declarou, no discurso de vitória, na sede de campanha, após obter maioria absoluta.

O social-democrata mostrou-se também certo da abertura e disponibilidade do Primeiro-Ministro e do Presidente da República para manter o diálogo. “Vou abrir o governo a independentes, se bem que não faça da questão da independência uma questão de ‘fetiche político’”, declarou.

Miguel Albuquerque sustentou também necessário “estabelecer um diálogo permanente com todos”, afirmando que os políticos não devem “ter receio das críticas, nem das ideias, nem do pluralismo democrático”.

Miguel Albuquerque assinalou que esta vitória evidencia que o PSD entendeu que era “preciso romper com rotinas e disfuncionalidades instaladas”, abrindo-se à sociedade e à juventude. Reiterou o propósito do PSD/M de “contribuir para o melhor funcionamento da democracia e para o prestígio das instituições autonómicas, esperando que partidos da oposição também nesta matéria assumam as suas responsabilidades”.



Segundo o presidente social-democrata insular, “é essencial credibilizar a política democrática aos olhos dos cidadãos, retirando espaço aos radicalismos e populismos extremistas”, vincando que “vai prestigiar o parlamento” da região.

Miguel Albuquerque declarou ainda que “não existem soluções milagrosas” para os problemas que a região enfrenta, salientando que existe “muito trabalho pela frente” e assegurou que as garantias que deu ao longo da campanha eleitoral “serão concretizadas” e que os “objectivos serão atingidos ao longo da próxima legislatura”.

O responsável do PSD/M sustentou que vai “estabelecer o diálogo institucional e firme com a República” que permita aprofundar a autonomia, ressaltando que “a Madeira é uma parte de Portugal que não pode ser discriminada”. “Esta maioria dá-me legitimidade para muita coisa”, afirmou, mencionando que um dos problemas que pretende resolver é questão da dívida da Madeira, o que, atestou, “vai ser negociado e feito”.

Nas ruas do Funchal, os militantes do PSD festejaram a vitória com o líder e os demais deputados eleitos. Nestas eleições concorreram 11 forças políticas, das quais oito partidos políticos. A maior derrota foi protagonizada pela coligação que integrou o Partido Socialista e outros três (Partido Trabalhista Português, Partido dos Animais e Partido da Terra). A derrota foi assumida tanto pelo PS nacional como pelo regional, tendo Victor Freitas - líder regional dos socialistas e cabeça de lista da coligação Mudança - apresentado a sua demissão na sequência dos resultados eleitorais. A eleição ficou ainda marcada por um novo recorde de abstenção, já que mais de metade (50,28 por cento) dos eleitores madeirenses optou por não votar, o que significa que apenas foram às urnas menos de 128 mil pessoas.



**Resultados finais provisórios fornecidos pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna - Administração Eleitoral (SGMAI-AE):**

- Inscritos - 257.232
- Votantes - 127.893
- Branco - 0,87% (1.113 votos)
- Nulos - 3,40% (4.353 votos)
- Abstenção - 50,28%
- PPD/PSD - 44,33% (56.690 votos)
- CDS-PP - 13,69% (17.514 votos)
- PS-PTP-PAN-MPT - 11,41% (14.593 votos)
- JPP - 10,34% (13.228 votos)
- PCP-PEV - 5,54% (7.082 votos)
- B.E. - 3,80% (4.859 votos)
- PND - 2,05% (2.628 votos)
- PCTP/MRPP - 1,69% (2.166 votos)
- MAS - 1,34% (1.719 votos)
- PNR - 0,82% (1.044 votos)
- PPM-PDA - 0,71% (904 votos)



# Aumentar a produção de energia renovável

A administração do consórcio Eólicas de Portugal (ENEOP), o maior na instalação de parques eólicos, pretende mais licenças, para ampliar o parque das renováveis tendo em vista o potencial de exportação de Portugal para a Europa. “A Península Ibérica tem de deixar de ser uma ilha energética, porque é importante a expansão através das interligações. Há que começar desde já a preparar para isso, e é importante que as renováveis não parem e, para isso, é necessário que as licenças se ponham em execução”, frisou João Manso Neto, que é também presidente executivo da EDP Renováveis, 24 de Março, na Lourinhã.

“Temos mais 2000 MW [Megawatt] que seremos capazes de fazer. Falta definir o enquadramento político para novas licenças”, corroborou Aníbal Fernandes, responsável pelo projecto de instalação de 1335 MW, em declarações aos jornalistas.

Ambos falavam numa cerimónia, num dos seus parques eólicos da Lourinhã, que assinalou a conclusão do projecto nacional da ENEOP, o maior consórcio a investir, nos últimos dez anos, 1623 milhões de euros em 48 parques eólicos de norte a sul do país, com uma potência de 1335 MW, e mais 223 milhões de euros em fábricas de construção e montagem de aerogeradores, em Viana do Castelo.

Os investimentos criaram 1953 novos postos de trabalho e contribuíram para a produção de 3460 gigawatts/ano, 7 por cento da energia consumida em Portugal, o que permitiu ao país poupar 170 milhões de euros nas importações de combustíveis fósseis e gerar receitas anuais de 10 milhões de euros para os municípios.

A cerimónia foi presidida pelo ministro da Energia, Jorge Moreira da Silva, que afirmou que de 2011 até agora Portugal passou de 45 a 62 por cento de electricidade renovável, reduzindo a dependência energética externa de 90 por cento em 2005 para 71 por cento em 2014, que é, contudo, “ainda muito elevada”.

Falando do que se prevê para a Europa até 2030, o governante sublinhou que as metas exigidas aos Estados-membros colocam Portugal na posição estratégica, não só por ter “os recursos mais abundantes da Europa” em matéria de renováveis, mas também de ser “um grande fornecedor de electricidade renovável para a Europa”.

De acordo com Jorge Moreira da Silva, o aproveitamento das renováveis vai permitir à Europa reduzir os custos energéticos em 70 mil milhões de euros anuais.



## Portugal assina Convenção contra Tráfico de Órgãos Humanos



Portugal assinou em Santiago de Compostela, a Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos, que tem por objectivo a sua criminalização, protecção das vítimas e reforço da cooperação nacional e internacional.

A ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, esteve na cidade galega, para assinar a convenção, que foi criada pelos Estados-membros do Conselho da Europa devido à existência, a nível mundial, de um comércio ilícito de órgãos humanos para fins de transplante e à escassez de órgãos disponíveis para transplantação, o que gera um “crescente desfasamento entre a oferta global e a procura”.

Em comunicado, o Ministério da Justiça (MJ) referiu que a convenção clarifica a distinção entre o tráfico de órgãos e o tráfico de seres humanos, além de inscrever medidas de protecção e de prevenção de “forma a definir um quadro jurídico não apenas facilitador da repressão e perseguição penal do tráfico de órgãos, mas simultaneamente capaz de prevenir o fenómeno e proteger as suas vítimas, num contexto reforçado de cooperação a nível nacional e internacional”.

Segundo o MJ, a convenção tipifica como crime a remoção ilícita de órgãos para implantação, a preparação, preservação e armazenamento de órgãos removidos ilicitamente, a implantação ilícita, angariação e recrutamento ilícito de dadores e receptores, a oferta ilícita de ganhos financeiros ou vantagem comparável, o tráfico de pessoas para fins de

remoção de órgãos, o transporte ilícito, a transferência, o alojamento, a recepção e a importação e exportação.

Em Portugal, os bens jurídicos visados por esta convenção encontra apoio na Constituição através da protecção da vida humana e direito à integridade pessoal, além do sistema nacional de transplantes proibir expressamente a remuneração e comercialização.

O Código Penal português não incrimina autonomamente o tráfico de órgãos, mas apenas o tráfico de seres humanos para fins de extracção de órgãos, punindo-o com pena de prisão de três a dez anos.

O ministério refere que Portugal, ao estar entre os primeiros Estados a assinar este instrumento jurídico do Conselho da Europa, demonstra “a relevância que atribui à prevenção e ao combate dos fenómenos associados ao tráfico de órgãos humanos”.

## Estado arrecada 6,4 mil milhões de euros em impostos até Fevereiro

O Estado arrecadou 6.365 milhões de euros até Fevereiro deste ano, mais 132 milhões do que no período homólogo, sobretudo devido ao aumento da receita dos impostos indirectos. De acordo com os números oficiais divulgados pela DGO, até Fevereiro de 2015, a receita fiscal líquida aumentou 2,1 por cento em termos homólogos, o que representa mais 132 milhões de euros do que nos mesmos meses de 2014, uma evolução que “consolida a tendência de crescimento da receita iniciada em 2013”. Para este desempenho contribuíram, sobretudo, as receitas dos impostos indirectos, que ascenderam aos 3.970,1 milhões de euros até Fevereiro, mais 4,6 por cento do que no período homólogo.

## Recomendação da Comissão Política Nacional

Considerando a preparação das eleições legislativas deste ano de 2015;  
Considerando a conveniência de que os órgãos de direcção política do Partido nos diversos escalões estejam em pleno funcionamento e estabilidade, a fim de maximizar a capacidade de resposta aos desafios que enfrentamos, nomeadamente nas próximas eleições legislativas;

Consequentemente, à semelhança de procedimentos adoptados no antecedente, a Comissão Política Nacional, sob proposta do Secretário-Geral, reunida em 23 de Março de 2015, recomenda aos órgãos competentes do Partido:

- Que não se realizem eleições para os órgãos partidários entre os dias 1 de Julho e 15 de Novembro.

A Comissão Política Nacional  
Lisboa, 23 de Março de 2015

# Governo respeita a autonomia do poder local

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional defende que o Governo tem dado provas de que respeita a autonomia do poder local, refutando a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses de que essa autonomia está ameaçada. “Este Governo tem demonstrado uma enorme abertura ao diálogo com os municípios e uma enorme preocupação com o respeito pela autonomia do poder local e uma maior aposta na descentralização de competências”, garantiu Miguel Poiars Maduro, em Mafra, à margem da assinatura de um protocolo, na passada quarta-feira.

O governante lembrou a criação do conselho de concertação territorial, onde municípios e freguesias têm assento e que tem vindo a discutir o processo de descentralização das competências que podem passar para os municípios.

Considerada uma “matéria difícil”, a descentralização tem vindo a ser “discutida em inúmeras reuniões”, disse Poiars Maduro, sublinhando que o Governo não só tem manifestado “preocupação” em dialogar com o poder local, como também “não impõe competências aos municípios e que só participam os que assim entenderem”.

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional falava em Mafra, à margem da assinatura de um protocolo para a criação de uma Loja do Cidadão, que classificou como “um exemplo”, a par da descentralização, “do que os cidadãos têm a ganhar com a maior articulação e cooperação entre a administração central e a administração local”.

A delegação de mais competências da Administração Central nas autarquias, preconizada pelo Governo, e a defesa do Estado Social são outras das questões em debate no Congresso da ANMP, que se realizou em Tróia, concelho de Grândola, durante dois dias.

Na sua opinião, a delegação de competências desejada pelo executivo de Pedro Passos Coelho “é uma forma muito pouco consentânea com a descentralização”, tendo em conta que as câmaras municipais “não são meras repartições” da Administração Central.



# Programa operacional de 40 milhões de euros para a Guiné-Bissau



O Governo português anunciou, na conferência sobre a Guiné-Bissau que decorreu em Bruxelas, dia 25, que tencionava assinar até Junho um novo programa estratégico de cooperação com a Guiné-Bissau, num montante de cerca de 40 milhões de euros. “Portugal diz presente neste momento chave para a Guiné-Bissau (...) Agora, com base no plano estratégico e operacional apresentado pelas autoridades guineenses a esta conferência, estamos prontos para negociar e assinar até Junho um novo programa estratégico de cooperação para vigorar nos próximos anos, num montante que rondará os 40 milhões de euros”, anunciou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Apontando que, desde a eleição das novas autoridades constitucionais em 2014, Portugal tem vindo a retomar e reforçar a cooperação, com programas de ajuda que no seu conjunto atingiram “valores de sensivelmente 8 milhões de euros nestes últimos meses”, Luís Campos Ferreira declarou na sua intervenção na mesa redonda de doadores que a Guiné-Bissau pode contar com “a solidariedade do povo português”, que será reforçada com o novo programa.

“Os elementos essenciais do futuro programa passarão pela continuidade do apoio ao desenvolvimento humano

na Guiné-Bissau, através da saúde e educação, capacitação técnica e institucional, reforço do sector da Justiça e Estado de direito e pela participação na reforma do sector de segurança através da cooperação técnico-militar e técnico-policial”, apontou.

O governante sublinhou que “este programa será desenhado conjuntamente e de acordo com os princípios, objectivos e prioridades definidos pelas autoridades guineenses e em coordenação com os restantes parceiros internacionais”, acrescentando que Portugal também participará “integralmente nos programas de cooperação com a Guiné-Bissau da União Europeia, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e das Nações Unidas”.

Apontando que Portugal sempre foi “um dos principais parceiros de cooperação” da Guiné-Bissau, Luís Campos Ferreira realçou que o empenho de Portugal, em participar no esforço internacional renovado, se deve também à “vontade colectiva de mudança consagrada nas urnas em 2014”, com a eleição de “uma nova geração de líderes políticos reformistas”, que criaram “as condições para um definitivo virar de página que coloque o país na rota da paz, estabilidade e desenvolvimento”.

“O novo começo prometido aos guineenses está já em marcha, mas não nos iludamos: a situação continua frágil” e “as autoridades devem manter a determinação política e levar as reformas até ao fim”, disse, concluindo que, “para isso, têm a garantia de solidariedade do povo português com os seus irmãos da Guiné-Bissau”.

Na mesa redonda, várias organizações e países anunciaram os seus contributos para o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau, que espera angariar mais de 400 milhões de euros para financiar a execução de projectos prioritários, definidos no seu programa estratégico para 2015-2020, que apresentado aos parceiros internacionais.

## Sevinate Pinto era um “homem profundamente ligado ao projecto do desenvolvimento rural”

O Primeiro-Ministro enviou as suas “sentidas condolências” à família do antigo ministro Armando Sevinate Pinto, que classificou como “um homem da terra”, informou o seu gabinete. “Foi com tristeza que recebi a notícia do falecimento do engenheiro Armando Sevinate Pinto. Um homem da terra, e que serviu a nossa terra, na universidade, na empresa, no associativismo profissional e na política, Armando Sevinate Pinto dedicou a sua vida à ruralidade moderna e próspera”, lê-se na mensagem do Primeiro-Ministro.

Pedro Passos Coelho lembrou também Sevinate Pinto como “um homem profundamente ligado ao projecto do desenvolvimento rural e pelo enriquecimento das potencialidades agrícolas” das regiões. “Combateu por vários meios o falso fatalismo de que os sectores da terra e do agro-alimentar não tinham futuro em Portugal. E tinha razão. À família enlutada e aos seus amigos, dirijo as minhas sentidas condolências”, termina a mensagem do Primeiro-Ministro.

Por sua vez, José Matos Correia lamentou a morte do antigo Ministro da Agricultura Sevinate Pinto, “um português ilustre” que “deu muito de si ao país” e que “sempre pôs o seu profundo conhecimento ao serviço” de Portugal. “É com profundo pesar que o PSD tomou conhecimento da morte do engenheiro Sevinate Pinto”, expressou o vice-presidente do PSD, acrescentando que o antigo ministro, que morreu num hospital em Lisboa, era “um português ilustre e um cidadão exemplar”, que “pôs sempre o seu profundo conhecimento sobre agricultura ao serviço do país”.

Licenciado em Engenharia Agrónoma pelo Instituto Superior de Agronomia, Sevinate Pinto foi ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas do XV Governo Constitucional PSD/CDS-PP, liderado por Durão Barroso, entre 6 de Abril de 2002 a 17 de Julho de 2004. Foi consultor da Casa Civil do Presidente da República para os assuntos agrícolas, até Março de 2014, e funcionário do Ministério do Comércio (técnico superior) e do Ministério da Agricultura (técnico superior, director de serviços e director-geral). Armando José Cordeiro Sevinate Pinto nasceu em Ferreira do Alentejo a 1 de Janeiro de 1946, era casado e pai de dois filhos. Faleceu no dia 29 de Março de 2015, num hospital em Lisboa, onde se encontrava hospitalizado.



## Herberto Helder, “um verdadeiro mestre da língua portuguesa”

O Primeiro-Ministro manifestou “tristeza” pela morte do poeta Herberto Helder, afirmando que era “um verdadeiro mestre da língua portuguesa” e que deixa “um precioso legado de obra poética e de reflexão literária”. Passos Coelho refere que Herberto Helder “fez da expressão da sua consciência poética uma vocação extraordinária, enriquecendo todos os que o leram e ouviram”. “É unânime o reconhecimento da singularidade e importância da sua obra e há muito que ela integrou o património cultural nacional”, expressou.

Por sua vez, o secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, manifestou público pesar pelo falecimento do poeta. “Herberto Helder deu novas línguas à língua portuguesa. Ainda é cedo para nos apercebermos de forma inteira do modo como ele contribuiu para a renovação da linguagem poética e das formas da escrita e do pensamento contemporâneo em torno da literatura e das vastas matérias por ele inscritas nas suas obras. Herberto Helder é uma referência maior para a cultura portuguesa e para o seu lugar no mundo e o seu contributo para a construção do Portugal contemporâneo um bem que a todos deu e do qual todos recebemos parte, enquanto Portugueses e falantes do Português. Presto homenagem a um homem que nos ensina muito de Humanidade, e rompendo a discrição com que sempre viveu, sublinho a grandeza da sua contenção e do que nos deu”.

Herberto Helder nasceu no Funchal em 1930, fez o liceu na Madeira e no Liceu Luís de Camões, em Lisboa. Já na Universidade de Coimbra, frequentou o 1.º ano de Direito (1948), tendo mudado, entre 1949 e 1952, para o curso de Filologia Românica na mesma Universidade. Iniciou a publicação dos seus primeiros poemas nas antologias “Arquipélago” (1952) e “Poemas Bestiais” (1954), ambas do Funchal, e no

jornal A Briosa (1954, Coimbra). Interrompido o curso universitário, exerceu diversas profissões em Portugal e em países da Europa. Trabalhou nas Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian (1960-62), foi redactor de noticiário internacional na Emissora Nacional (1964-66), colaborou em programas da RTP e fez publicidade (1967-68). Em 1969 tornou-se director literário da Editorial Estampa, onde começou a publicar a obra completa de Almada Negreiros. Depois de viajar novamente pela Europa (1970-71), foi para Angola, onde, sob diversos nomes, fez reportagens para a revista Notícia (Luanda), e voltou a Lisboa, sendo revisor tipográfico na Editora Arcádia (1973) e redactor de notícias na RDP (1974). A sua obra poética encontra-se, desde 1973, reunida nas sucessivas edições de “Poesia Toda”. Outro dos livros essenciais é “Photomaton & Vox”. Considerado unanimemente como um dos mais importantes nomes da poesia portuguesa contemporânea, foram atribuídos a Herberto Helder diversos e relevantes prémios literários – Prémio Europália e Prémio Pessoa (1994), entre outros, que recusou. Herberto Helder tem poesia sua traduzida em diversas antologias, entre as quais as publicadas em Itália (“La Parola Interdetta: Poeti Surrealisti Portoghesi, Antonio Tabucchi, org.”), em Inglaterra (“Contemporary Portuguese Poetry, Helder Macedo, org.”) e em Espanha (“Antología de la Poesía Portuguesa Contemporánea, Angel Crespo, org.”), para além das traduções de obras suas em vários países. Diversos estudiosos portugueses e estrangeiros têm-se dedicado ao estudo da sua poesia, de entre os quais se destacam Maria de Fátima Marinho, Maria Lúcia Dal Farra e Juliet Perkins. Herberto Helder Luís Bernardes de Oliveira nasceu a 23 de Novembro de 1930 no Funchal. “A Morte sem Mestre” foi o último livro do poeta, publicado em Junho de 2014. Faleceu no dia 23 de Março de 2015, na sua casa, em Cascais.



# Conselho de Ministros de 26 de Março de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou o processo de privatização da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., a realizar, preferencialmente, mediante a alienação das acções representativas de até 100 % do capital social da CP Carga.

O modelo preconizado para a alienação de participações sociais representativas do capital social da CP Carga, compreende uma operação de venda directa de referência, a um ou mais investidores, individualmente ou em agrupamento, nacionais ou estrangeiros, com perspectiva de investimento estável e de longo prazo, assim como uma oferta pública de venda dirigida exclusivamente a trabalhadores da CP Carga.

A opção de privatização tem como objectivos, nomeadamente, o reforço da posição competitiva, do crescimento e da eficiência da CP Carga em benefício da economia nacional e do sector dos transportes ferroviários.

2. O Conselho de Ministros aprovou o processo de privatização da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., a realizar, preferencialmente, mediante a alienação das acções representativas de até 100% do capital social da EMEF.

O modelo preconizado para a alienação de participações sociais representativas do capital social da EMEF, compreende uma operação de venda directa de referência, a um ou mais investidores, individualmente ou em agrupamento, nacionais ou estrangeiros, com perspectiva de investimento estável e de longo prazo, assim como uma oferta pública de venda dirigida exclusivamente a trabalhadores da EMEF.

A opção de privatização tem como objectivos, nomeadamente, o reforço da posição competitiva, do crescimento e da eficiência da EMEF.

3. O Conselho de Ministros aprovou a criação da estrutura de missão para o Programa Operacional do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Mar 2020), para o período de programação de 2014 a 2020.

Esta estrutura, para além das suas aptidões no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, irá assegurar uma adequada monitorização do programa, garantindo um controlo e acompanhamento das operações, prevenindo e detectando irregularidades, promovendo a redução de prazos de intervenção e resposta e conferindo maior fiabilidade aos resultados obtidos, o que implica dotar a autoridade de gestão do Mar 2020 dos meios necessários para o efeito.

O novo programa operacional, passou a incluir novas áreas de intervenção prioritárias, que anteriormente eram geridas de forma directa pela Comissão Europeia, como sejam o Programa de Recolha de Dados, o Controlo e Vigilância da Actividade da Pesca, a Organização Comum de Mercados dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, o Plano de Compensação para as Regiões Ultraperiféricas e ainda, sob gestão partilhada, a Política Marítima Integrada.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração à regulamentação dos conselhos municipais de educação e o processo de elaboração de carta educativa, assegurando a participação de todos os directores dos agrupamentos de escola ou escolas não agrupadas.

Procede-se ainda a um reforço do papel de coordenação dos conselhos municipais de educação, quando exista no município um nível mais aprofundado de descentralização administrativa.

Nestes casos, os pareceres do conselho municipal de educação podem, a solicitação do município, assumir

um valor reforçado, sendo também possível a criação de uma comissão permanente, com competências de acompanhamento corrente e de articulação dos municípios e dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas

5. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

Esta directiva tem como principais objectivos a redução de encargos administrativos das pequenas e médias empresas e a simplificação de procedimentos de reporte financeiro, a redução da informação nas notas anexas às demonstrações financeiras e a dispensa da preparação de demonstrações financeiras consolidadas para grupos de pequenas empresas.

São, assim, introduzidas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a conformidade com aquela directiva e procede-se a uma redução das divulgações exigidas pelas normas contabilísticas e de relato financeiro, especialmente no que respeita às microentidades.

Por fim, de modo a permitir uma maior transparência dos pagamentos feitos a administrações públicas por grandes empresas e entidades de interesse público da indústria extractiva ou da exploração de floresta primária, é criada, para estas entidades, a obrigação da divulgação de pagamentos relevantes.

6. O Conselho de Ministros aprovou o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Este diploma é aprovado na sequência da recente reforma da tributação das sociedades, em que foram introduzidas alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, nomeadamente em matéria de depreciações e amortizações.

Adicionalmente, é adaptado o conteúdo de algumas das normas do decreto regulamentar às alterações ocorridas em matéria de tributação das sociedades, procedendo-se ainda à actualização das referências à extinta Direcção-Geral dos Impostos, substituindo-as pela referência à Autoridade Tributária e Aduaneira.

7. O Conselho de Ministros aprovou a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo.

Esta Convenção recomenda a melhoria dos esforços na prevenção do terrorismo e dos seus efeitos na vida dos cidadãos, bem como a adopção de medidas mais eficazes para prevenir o terrorismo e, em particular, combater o incitamento público à prática de infracções terroristas e o recrutamento para fins de terrorismo.

8. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei sobre o regime de acesso e exercício da actividade de prestação de serviços de auditoria, quer de instalações de produção em cogeração, quer de instalações de produção com recurso a fontes de energia renováveis.

O reconhecimento e registo dos técnicos auditores e empresas de auditoria é processado através do balcão único electrónico, assegurando-se a prossecução dos objectivos de desburocratização e simplificação administrativa, em conformidade com a directiva da União Europeia relativa aos serviços no mercado interno.

9. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG), de forma a alargar a composição do seu Conselho de Orientação.

Pretende-se que o Conselho de Orientação do SNIG, ao qual compete a coordenação estratégica do SNIG, passe a incluir os organismos que nas Regiões Autónomas têm responsabilidades nas actividades de cartografia e de informação geográfica.

Fica também assegurada a possibilidade de outras entidades de reconhecido mérito serem convidadas a participar nas reuniões do Conselho de Orientação do SNIG, em função dos temas abordados.

10. O Conselho de Ministros aprovou a orgânica do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGEFE, I.P.), instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

São conferidas ao IGEFE, que sucede à Direcção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira, atribuições e competências que permitirão uma maior racionalização de recursos e eficiência no controle da despesa no âmbito do Ministério da Educação e Ciência.

11. O Conselho de Ministros aprovou a alteração dos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa.

Nos novos estatutos, a duração dos mandatos do presidente e do vice-presidente são alargados de um para três anos, conferindo assim uma maior continuidade.

É ainda ajustada a duração do mandato do secretário-geral de cinco para três anos, igualando-o ao período de duração do mandato do tesoureiro. É, assim, feita a harmonização do período de duração dos mandatos dos vários órgãos.

12. O Conselho de Ministros autorizou o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., a realizar a despesa relativa à aquisição dos serviços necessários à realização de acções de controlo físico e por teledeteção, para os anos de 2016 a 2018.

Trata-se de acções desenvolvidas no âmbito das ajudas e dos apoios financeiros concedidos pelo Instituto, enquanto organismo pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O montante total autorizado é de cerca de 6, 39 milhões de euros, com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

13. O Conselho de Ministros desafectou do domínio público militar uma parcela de terreno com a área de 250 m<sup>2</sup>, parte integrante do Bairro Social do Alfeite, freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada, tendo em vista a sua alienação à Paróquia da Igreja da Sagrada Família de Miratejo – Laranjeiro.

Esta decisão visa travar o aumento da degradação do edifício da Igreja, bem como do equipamento nela instalado, o que só é possível com ampliação do logradouro.

A alienação é feita mediante a contrapartida financeira no montante de onze mil trezentos e cinquenta euros.

14. O Conselho de Ministros aprovou a substituição de dois representantes do Governo no Conselho Económico e Social, em razão da substituição dos anteriores titulares nos organismos representados.

15. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos quatro membros do conselho de administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E., assegurando-se a continuidade de funções do actual presidente.

## “Novo impulso nas relações” entre as duas regiões autónomas

O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, saudou o líder social-democrata madeirense, Miguel Albuquerque, pelo resultado nas eleições legislativas regionais da Madeira, e disse esperar “um novo impulso nas relações” entre as duas regiões.

Numa mensagem a felicitar o novo presidente do Governo Regional da Madeira, o líder açoriano do PSD manifestou o desejo de que os resultados eleitorais madeirenses “signifiquem o contributo para um novo tempo e um novo impulso nas relações entre duas regiões que estão há demasiado tempo distantes”.

Duarte Freitas deixou ainda “a vontade do PSD/Açores em contribuir com trabalho, diálogo e cooperação para que se encontrem soluções para os problemas actuais de ambas as regiões autónomas”.



## Fim das quotas leiteiras é uma preocupação de todos os açorianos



O PSD/Açores considera que a problemática do fim do sistema de quotas leiteiras, “que irá ocorrer dentro de 5 dias”, não é um assunto “só dos agricultores”, atendendo “à dimensão social e económica que a produção de leite tem na Região. É uma preocupação que deve ser de todos os açorianos”, disse o deputado António Ventura. O social-democrata avança que, “caso tivessem sido aprovadas algumas das propostas que o PSD apresentou, não estaríamos tão inseguros em relação ao fim das quotas”, garantiu.

António Ventura lembrou que, “há dez anos, foi o PSD a propor a certificação do leite dos Açores, uma iniciativa que foi aprovada por unanimidade no Parlamento Regional, e que permitiria a valorização do nosso leite, relacionando os seus componentes com a saúde humana. Até agora, o Governo Regional nada fez”, explicou.

O deputado lembrou também que, “já por três vezes, a bancada do PSD/Açores propôs a criação de um Observatório do Leite, que por três vezes foi chumbado. Essa medida teria possibilitado conhecer a formação dos preços, criaria previsibilidade e impediria aproveitamentos desequilibrados na cadeia, como ainda acontece”.

“Essa medida teria também permitido o acompanhamento dos mercados, e uma criação sustentada de políticas agrícolas. Ao invés disso, temos agricultores com receio de desempenhar a sua profissão, e extremamente inseguros quanto ao futuro”,

lamentou o parlamentar.

António Ventura considera que, “desta forma, não se pode criar riqueza nem emprego, através do sector primário”, e assegura que “o PSD/Açores não vai desistir. E vai continuar a contribuir para o desenvolvimento da agricultura nas ilhas”.

## “Impasse” na segunda fase de loteamento de São Vicente Ferreira

Os deputados do PSD/Açores eleitos pela ilha de São Miguel alertaram para o “impasse” na segunda fase do loteamento habitacional de São Vicente Ferreira, alegando que se trata de uma promessa do governo regional feita há 19 anos. Numa visita à freguesia de São Vicente Ferreira, dia 26, os deputados sociais-democratas recordaram que a segunda fase deste loteamento deveria destinar-se à construção de moradias para jovens casais e famílias mais carenciadas, em regime de custos controlados ou auto-construção.

Os parlamentares do PSD/Açores eleitos por São Miguel referiram que os terrenos para a segunda fase do loteamento de São Vicente Ferreira “foram recentemente atribuídos a uma instituição de fora da freguesia”, tendo sido “abandonado o objectivo inicial há muito prometido, que seria permitir a construção de moradias destinadas a casais jovens e pessoas mais carenciadas”.

Os deputados constataram ainda que alguns investimentos previstos na Carta Regional das Obras Públicas para a freguesia “ainda não tiveram resposta” e inteiraram-se da conclusão da obra do Centro Social e Recreativo da Casa do Povo de São Vicente Ferreira.

Nesta deslocação, os parlamentares do PSD/Açores eleitos por São Miguel foram acompanhados pela presidente da Junta de Freguesia, Rosa Gomes, e pelo presidente da Casa do Povo de São Vicente Ferreira, Octávio Torres.



# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

## VOTAR PELA VITÓRIA NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

No próximo domingo, dia 15 de Dezembro, os Portugueses vão de novo votar, exercer um direito e cumprir um dever cívico. As eleições autárquicas têm, em democracia, a mesma dignidade e importância que as outras eleições, assumindo, para cada comunidade, grande ou pequena — cidade, vila ou aldeia —, a motivação suplementar de se tratar de escolher aqueles que nos municípios e freguesias vão exercer o poder local, a que a Constituição de 1976 deu uma legitimidade própria. Presidentes da Câmara ou da Junta, membros dos executivos ou das assembleias municipais e de freguesia, todos os autarcas são, enquanto representantes das populações, investidos em funções essenciais para a vida quotidiana, mas também para a defesa da identidade, das aspirações e das esperanças do Povo Português, disseminado pelas diversas regiões, de Norte a Sul, do litoral ao interior do País, além das regiões insulares, hoje autónomas.

Os nossos melhores historiadores, como o grande Alexandre Herculano, consideram que a independência nacional, a afirmação da nossa Pátria como Estado, desde as suas origens, muito devem à acção dos municípios. Por exemplo, na superação da crise de 1383-85, que este ano comemorámos, como a vitória de Aljubarrota. O municipalismo constituiu, mesmo, uma das formas de valorização do Liberalismo e da República, de cuja concretização prática dependia a sorte destes regimes. Se infelizmente ele se não consolidou suficientemente, devido ao jacobinismo centralista de certas forças políticas, isso não pôde deixar de ter influência na implantação de um regime autoritário e ditatorial, que minimizou o poder local e lhe retirou a base democrática.

Hoje, também, para a defesa da democracia, ainda sujeita às tentações totalitárias de uma minoria, o enraizamento de um poder local democrático é decisivo. Por isso importa fazer com que a vitória pertença, antes de mais, aos candidatos sociais-democratas, lá onde estes podem manter e fortalecer a posição do nosso partido, que é o maior partido nas autárquicas, como o é a nível nacional, e quer ele concorra sozinho quer em cooperação com outras forças do campo democrático. A vitória da social-democracia nas eleições locais será assim a confirmação da sua vitória nas eleições legislativas. A derrota dos inimigos da democracia será a derrota das suas veleidades de virem, em outras eleições, pôr em causa a estabilidade política que tão dificilmente conseguimos.

Temos candidatos prestigiados, honestos, competentes e devotados às populações, que gozam da confiança e do carinho destas. Temos um saldo positivo a apresentar na gestão autárquica. Temos uma força indomável, que é a dos militantes sociais-democratas espalhados por todo o País, os quais não viram a cara à luta e sabem sacrificar-se pelo bem comum, com abnegação e civismo exemplar. É por isso que temos confiança na vitória, unidos à volta do P.S.D., do Prof. Cavaco Silva, dos seus dirigentes mais destacados, alguns deles com provas prestadas na governação como especialistas da administração local, da descentralização e da regionalização.

No dia 15 de Dezembro os sociais-democratas — militantes, simpatizantes e eleitores — estarão presentes, com o seu voto, para dar a vitória ao P.S.D. Que ninguém falhe. O futuro da social-democracia constrói-se de eleição em eleição, com o entusiasmo das nossas convicções e a consciência firme das nossas responsabilidades de cidadãos.

J.A.S.

## MENSAGEM DE CAVACO SILVA

# ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS: CONTO CONVOSCO

A poucos dias das eleições autárquicas quero dirigir a todos um último apelo para que maciçamente participem numa votação que marcará, por quatro anos, o destino da vossa terra, da vossa freguesia, da vossa cidade.

Ninguém deve pensar que as eleições autárquicas são menos importantes do que as legislativas ou as presidenciais. Têm todas igual importância. Representam, no seu conjunto, as três etapas determinantes para o futuro próximo do nosso país. A vitória do PSD em cada uma delas é essencial para que Portugal avance decisivamente no caminho da recuperação económica, da melhoria das condições de vida da população, da modernização e reorganização das estruturas nacionais — e para reforçar os alicerces da estabilidade política sem a qual tudo o resto se torna difícil de realizar.

Vencemos as legislativas. O triunfo nas eleições presidenciais está ao nosso alcance e nesse sentido temos todos de empenharmo-nos já e fortemente, porque as forças que nos são contrárias se movem sem descanso.

Está ao nosso alcance a vitória nas autárquicas.

O PSD, sempre soube interpretar as necessidades de cada região e sempre se empenhou em corresponder, dentro dos condiciona-



mentos existentes, aos anseios das populações. Por isso os autarcas do nosso partido são tão frequentemente os mais votados.

Agora, pela dinâmica e sequência lógica do nosso triunfo nas legislativas, assim como pelas provas dadas ao longo dos anos a nível autárquico, deveremos esperar que o PSD possa conquistar, no próximo dia 15, uma inserção local ainda mais alargada.

Estou convicto de que, pela colaboração mais íntima entre os autarcas e o Governo — empenhados num mesmo projecto global e sincronizados no ritmo intenso que determina a nossa acção — advirá para o progresso regional e para o poder local uma nova era de realizações concretas e de mobilização recreada pelo renovar da esperança.

Em trezentos e cinco

Concelhos e 4 400 autarquias os eleitores irão no próximo domingo escolher os 50 000 autarcas que vão presidir à sua Câmara, à sua Assembleia Municipal, à sua Assembleia de Freguesia. E todos serão igualmente importantes e complementares, como numa orquestra as notas de cada instrumento se fundem numa só área.

Há autarquias em que concorremos sozinhos. Outras em que nos apresentamos em listas conjuntas, associados com autarcas que apesar de pertencerem a outros partidos detêm a nossa confiança e partilham localmente os nossos conceitos de progresso.

A todos os eleitores de todas as autarquias — apelo para que em caso algum se abstenham.

As eleições do próximo domingo são fundamentais para que possam vir a ser progressivamente cumpridas as promessas de melhor vida para todos os portugueses, que ao longo das eleições legislativas fizemos, e em que agora devotadamente trabalhamos.

A ampla implantação do PSD nas autárquicas depende do empenhamento com que o nosso partido localmente actuar. Depende dos candidatos autárquicos. Depende dos militantes. Depende dos eleitores.

Conto convosco. Confiantemente

## GOVERNO AUMENTOU O ABONO DE FAMÍLIA E PRESTAÇÕES COMPLEMENTARES

• Aprovadas medidas de apoio aos trabalhadores com salários em atraso

PÁGINA 12



# Reformar o Estado

Jaime Quesado (\*)

Está em cima da mesa a discussão da Reforma do Estado. O Estado existe para servir os cidadãos e estes têm que se rever na capacidade positiva deste de legitimar uma relação de confiança essencial. Quando David Osborne nos fala da crescente oportunidade e necessidade de recolocar na agenda o "reinventing the government", está claramente a colocar a tónica num dos elementos centrais da modernidade competitiva das nações. Importa mais do que nunca reposicionar o Estado como "pivot" central da organização, monitorização e funcionamento adequado da nossa Sociedade e fazer com que os cidadãos se sintam perfeitamente legitimados numa relação de confiança validada por um Novo Contrato Social.

A reinvenção estratégica do Estado, enquanto "plataforma de centralidade" onde convergem as dinâmicas de qualificação dos diferentes actores sociais, ganhou hoje um paradigma que não se pode cingir às especificações operativas de mecanismos mais ou menos necessários de Governo Electrónico ou de ajustamentos organizacionais adequados a determinados posicionamentos conjunturais de orgânica interna. Se é importante, como Francis Fukuyama não pára de reiterar, a evidência da capacidade da sociedade civil protagonizar dinâmicas de liderança nos processos de mudança, não menos verdade é que compete ao Estado modelar a dimensão estratégica dessa mudança.

Há que fazer por isso opções. Opções claras em termos operacionais no sentido de agilizar a máquina processual e através dos mecanismos da eficiência e produtividade garantir estabilidade e confiança em todos os que sustentam o tecido social. Opções claras em torno dum modelo objectivo de compromisso entre governação qualificada central, geradora de dimensão estabilizadora e indução de riqueza territorial através da participação inovadora dos actores sociais. Opções assumidas na capacidade de projectar no futuro uma lógica de intervenção do Estado que não se cinja ao papel clássico, "dejá-vu", de correcção "in extremis" das deficiências endémicas do sistema mas saiba com inteligência criativa fazer emergir, com articulação e cooperação, mecanismos autosustentados de correcção dos desequilíbrios que vão surgindo.

Mais do que nunca se impõe neste tempo complexo um Novo Estado capaz de projectar no país uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, o Novo Estado não pode demorar. Tem que se assumir como actor "perturbador" do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação que lhe conferirá um desejado estatuto de centralidade e sobretudo de inequívoca liderança no processo de mudança em curso.

Um Novo Estado é um desafio à capacidade de mudança de Portugal. Porque o Novo Estado é um percurso possível decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que conseguir assumir este novo desafio que tem pela frente será também em grande medida o sucesso com que o país será capaz de enfrentar os exigentes compromissos da Globalização e do Conhecimento. O Novo Estado tem que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento, valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais. O Novo Estado tem que ser o grande Actor da Mudança que se quer para Portugal.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### AGUIAR DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aguiar da Beira, para reunir no próximo dia 23 de Maio de 2015 (sábado) pelas 19h00, na sede, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Eleição dos órgãos da Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção
- Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção no Largo do Terreiro, nº 7 - Sequeiros, (joaquimlacerda@sapo.pt) ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00

### BRUXELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Bruxelas, para reunir no próximo dia 04 de Maio de 2015 (segunda-feira) pelas 18h00, na sede do Partido Popular Europeu, sita na Rue du Commerce, nº 10 - Bruxelas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Comissão Política e de Mesa da Assembleia de Secção
- Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ou enviadas por email para psdbruxelles@hotmail.com

- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h00

### BRUXELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Bruxelas, para reunir no próximo dia 04 de Maio de 2015 (segunda-feira) pelas 18h00, na sede do Partido Popular Europeu, sita na Rue du Commerce, nº 10 - Bruxelas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Aprovação das contas de 2014
- 2 - Debate sobre a situação política nacional
- 3 - Diversos

### ÉVORA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2:- Aprovação das contas 2014
- 3 - Orçamento e plano de actividades 2015
- 4 - Análise da situação política actual

### LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa, para reunir no próximo dia 07 de Abril de 2015, (terça-feira) pelas 21h30, na sede da distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco, nº 3 - B, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Debate sobre a Política de Emprego em Portugal com a presença do Secretário de Estado do Emprego, Dr. Octávio Oliveira

2:- Análise da situação política;

### VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Abril de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, nº 46, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2:- Análise da situação política nacional e local
- 3 - Contributos para o Programa Eleitoral/Legislativas



### CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Regional de Viana do Castelo, no próximo dia 11 de Abril de 2015 pelas 16h30, sito na Travessa de São Tiago, n.27, r/c, 4960-565, Melgaço, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Desafios estruturais e conjunturais dos concelhos do Vale do Minho;
- 3 - A ação política da JSD;
- 4 - Programa Eleitoral do Partido Social Democrata;
- 5 - Outros Assuntos.

### MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 10 de Abril de 2015, pelas 21h30m, na Sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, na Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão do Plano de Actividades para o Ano de 2015;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

**RIO MAIOR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD secção de Rio Maior, a ter lugar no dia 10 de Abril de 2015, pelas 21:00, na sede concelhia do PSD Rio Maior, sita na Av. Paulo VI n.43 1-D, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações da Comissão Política;
- 2 - Análise do primeiro ano de mandato;
- 3 - Outras informações.

**MARCO DE CANAVESES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da JSD Marco de Canaveses, para reunir no próximo dia 11 de Abril de 2015, (Sábado), pelas 20h15m, no Auditório Municipal de Marco de Canaveses, sita na Travessa de Chãos, em Marco de Canaveses, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política - Comissão Política da JSD Marco;
- 2 - A Juventude, na Política Brasileira - Dr. André Átila;
- 3 - Outros assuntos.

**NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário do Núcleo do Centro Histórico da JSD Porto para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD/JSD de Paranhos, sita no Largo do Campo Lindo, nr. 63 - Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Outros Assuntos.

Que nesta Páscoa se renove o sentimento de esperança e a capacidade de acreditar em Portugal.

**Boa Páscoa!**

São os votos do Partido Social Democrata

